

A assistência à saúde no sertão baiano: as origens da Santa Casa de Misericórdia de Vitória da Conquista (1913-1930)

CLEIDE DE LIMA CHAVES*

O surgimento da assistência médico-hospitalar na Bahia data do período colonial, com a instalação da Santa Casa de Misericórdia na capital Salvador entre 1549 e 1551¹. Essa instituição foi trazida pelos portugueses, cujo objetivo era o de proporcionar auxílio espiritual e material aos necessitados.

As Santas Casas de Misericórdias, embora fossem da religião católica, eram inteiramente seculares. Criadas na Europa no final da Idade Média, o nome de Nossa Senhora da Misericórdia era uma das antigas invocações da Virgem Maria, que foi utilizado entre 1240 e 1350 para nomear uma irmandade em Florença. Segundo alguns estudiosos, esse fato teria influenciado Portugal ao criar irmandade de mesmo nome (RUSSEL-WOOD, 1981).

Formada por uma irmandade leiga, a Santa Casa da Misericórdia teve origem em Portugal no final do século XV. Obteve patrocínio real e recebera muitos privilégios. Fundou filiais no ultramar, praticamente cada povoação colonial portuguesa – de Nagasaki à Bahia – tinha sua filial da Misericórdia (ABREU, 2001).

O chamado Compromisso, que era o estatuto que regia todas as Santas Casas de Misericórdias no ultramar português, previa a assistência caritativa e filantrópica aos mais pobres. Esta instituição exercia várias funções caritativas, dentre elas o recolhimento de dotes para as moças pobres, os enterros, a assistência aos presos, aos indigentes e o recolhimento de recém-nascidos entregues na roda dos expostos, além da assistência hospitalar aos enfermos e “alienados”.

As Santas Casas no Brasil, especialmente a partir do século XIX e XX, passaram a ser símbolo de assistência médico-hospitalar. Não que as demais atividades não fossem assistidas pela Instituição, no entanto, o hospital passou a ter predominância em suas atividades filantrópicas. Este foi o caso, por exemplo, da cidade de Vitória da

* Professora do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

¹ Russel-Wood (1981) chama a atenção para a imprecisão da data em função da perda de boa parte da documentação da Santa Casa no período da invasão holandesa em Salvador, no início do século XVII.

Conquista, no interior baiano, onde a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia foi fundada já como um hospital na década de 1910.

A assistência hospitalar, durante a Idade Moderna, não era vista como dever ou obrigação do Estado, cabendo às irmandades religiosas e leigas exercer essa função. Os hospitais “desde o século VII e até o século XII, o hospital monástico representou quase a única instituição, na Europa, cuja função principal residia no cuidado do doente” (ROSEN, p.68). A partir do século XIII, o hospital medieval começou a sair das mãos de religiosos e a passar para a jurisdição secular, em especial nas cidades. Isso não implicou a completa substituição do clero, pois monges e freiras continuaram a cuidar dos enfermos, mas administrativamente, no entanto, a responsabilidade passou às autoridades leigas.

No caso da Bahia colonial, os serviços hospitalares não eram considerados como uma responsabilidade municipal. Esta responsabilidade pelos serviços sociais fora assumida pela Igreja e pelas ordens religiosas. Cabia às irmandades o cuidado com os doentes, e a Misericórdia fora a irmandade mais ativa nesse particular. “Na manutenção de hospitais públicos nas cidades e vilas do Brasil, a Misericórdia desempenhou um papel único entre as irmandades do Brasil colonial” (RUSSEL-WOOD, 1981).

As Misericórdias cuidavam de qualquer doente em seus hospitais, sem distinção de classe, cor ou credo. Os ricos tratavam-se com médicos particulares, e raramente eram atendidos nos hospitais. Os pacientes da Misericórdia da Bahia eram, durante todo o período colonial e imperial, as pessoas de cor, os escravos, os brancos pobres, os estrangeiros, os soldados de guarnição e os soldados e marinheiros dos navios de guerra.

Ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do seguinte, a assistência hospitalar continuou a ser realizada em grande parte pelas Santas Casas, fundadas e mantidas pelas Irmandades da Misericórdia. Sem contar com o auxílio governamental, as Santas Casas viviam da caridade pública, muito incentivada na época do reinado de Dom Pedro II (1840-1889) pelos títulos nobiliárquicos e as comendas que o Imperador concedia aos homens e mulheres que faziam generosos donativos às Irmandades da Misericórdia.

Além de seus objetivos assistencialistas, as Santas Casas de Misericórdia no Brasil tornaram-se ao longo do século XIX e XX como espaços de exercício e ensino da medicina. Por ocasião da primeira reforma do ensino médico baiano, em 1816, a Santa

Casa da Bahia passou a ceder parte de suas dependências para o funcionamento da então Academia Médica-Cirúrgica da Bahia, posteriormente Faculdade de Medicina da Bahia em 1832 (SANTOS FILHO, 1991).

Esta importante instituição não ficou restrita aos grandes centros e às capitais, atingindo também o interior do Brasil, nas pequenas vilas e cidades. O fato é que os estudos sobre Santas Casas no interior ainda são escassos e, mais ainda, como destaca Liliane Fernandes (2009), “a atuação das Misericórdias no século XIX e sobretudo no século XX está ainda pouco estudada em ambos os países (Brasil e Portugal)”.

A Misericórdia de Conquista surgiu no início do século XX. A cidade iniciou seu processo de ocupação no século XVIII, com a chegada de bandeirantes enviados pela Coroa Portuguesa em busca de ouro e diamantes no Sertão baiano. Ao invés de riquezas, os conquistadores encontraram extensa população nativa, que foi, em grande parte, dominada, escravizada e exterminada. A região tornou-se um núcleo de povoamento e teve como atividade econômica principal a pecuária (SOUSA, 2001).

Durante o século XVIII, o arraial da Conquista pertencia à vila de Rio de Contas. Depois, em 1810, a freguesia de Santa Anna de Caetité foi elevada à categoria de vila e o arraial da Conquista passou a integrar o novo termo de Caetité. A vila de Conquista só ganhou sua autonomia em 1840. As condições de vida desses arraiais e vilas eram mínimas, onde a pobreza e a ausência de serviços eram a regra, inclusive no que se refere aos cuidados à saúde. No século XIX, de acordo com Maria Aparecida Sousa (2001, p.186)

Caetité, como sede municipal, talvez fosse melhor estruturada que as povoações do seu termo, não obstante algumas necessidades fossem comuns. As carências das vilas e povoados sertanejos eram inúmeras. Faltavam casas de correção em todo o termo onde existia Juiz de Paz, inclusive Conquista, Santo Antônio da Barra e Almas. Não possuíam também chafarizes, pontes, mestres, de primeiras letras, médicos, boticários etc.

Na República – período que nos interessa – de acordo com Belarmino Souza (1999, p.25) “a vila foi elevada à condição de cidade, passando a denominar-se, a partir de 1º de julho de 1892, Conquista”. Somente em 1943, com o decreto nº 141, ocorreu a última mudança na nomenclatura da cidade, passando finalmente a intitular-se Vitória da Conquista.

Durante os primeiros anos da República brasileira, Vitória da Conquista não possuía nenhuma instituição de assistência médica. Era uma pequena cidade pobre, onde os recursos eram escassos e os serviços de saúde eram realizados, predominantemente, por médicos particulares. Aqueles que possuíam melhores condições financeiras se deslocavam para a capital em busca de socorro médico, como mostra o periódico *O Combate*, mesmo na década de 1930:

*De viagem para a capital da Bahia onde vamos, eu, minha esposa, Anna Meira Leite, minha filha, Almira Leite, submeter-nos a tratamento médico, acompanhando-nos, na viagem o meu filho Nicanor Leite, não podendo despedir-me pessoalmente de todos os parentes e amigos, o faço por meio da imprensa, pondo a disposição dos mesmos, os meus limitados préstimos. Conquista, 14 de maio de 1934. Manoel Ignacio da Silva Leite.*²

Em 1913, foi criada na cidade a Sociedade de São Vicente de Paulo³, uma instituição católica de leigos fundada pelo pároco Manoel Olympio Pereira. As origens dessa Sociedade remontam à Europa do início do século XIX e a mesma tinha como missão prestar assistência material e espiritual às famílias pobres da cidade, bem como realizar “obras de reabilitação das uniões ilícitas, do catecismo, da rouparia dos pobres, batizados, enterramentos dos pobres e as obras pias de adoração ao Santíssimo Sacramento, guarda de honra ao Sagrado Coração de Jesus, retiros espirituais e romarias”⁴. São Vicente de Paulo, inspirador da Irmandade, criou no século XVII as filhas da Caridade, primordialmente como uma ordem de enfermagem. Como destacou Porter (2004, p.173) “os cuidados com os enfermos, além disso, eram tradicionalmente prestados por ordens religiosas, como parte dos serviços cristãos [...] na Europa católica e mesmo na América do Norte, esta continuou a ser uma vocação das ordens religiosas, até época recente”.

Foi a Conferência Vicentina, portanto, que tomou a iniciativa de criação de uma casa de saúde na cidade, no ano de 1914. Pouco tempo após a fundação da Sociedade Vicentina, surgiu a ideia de se construir um hospital na cidade, haja vista o grande número de pobres que eram socorridos por essa instituição e que necessitavam de assistência médica, como aponta a documentação:

² Jornal O Combate, 14/05/1934.

³ A Sociedade recebia outras denominações, na própria documentação, como Sociedade Vicentina e Conferências Vicentinas.

⁴ Ata da reunião da Conferência Vicentina do dia 28/09/1913.

Usaram da palavra o doutor Lyderico dos Santos Cruz e o Monsenhor Manoel Olympio Pereira que discorreram sobre a utilidade desta Sociedade conclamando aqui em lembrar a ideia de há muito fomentada pela nossa sociedade de fundar aqui um hospital para os pobres enfermos, ideia que foi aceita, nomeou-se para elaborar os estatutos os compadres Glycerio José de Borba, João Pereira da Silva e Joaquim Froes de Castro. O Sr. Vigário Monsenhor Manoel Olympio Pereira ofereceu o lugar e material que tinha destinado para um cemitério que há tempo quis construir; o presidente de honra nomeou uma comissão composta dos senhores coronéis Francisco da Silva Costa, Paulino Vianna de Oliveira e Jose Fernando de Oliveira Góes que aplaudiu logo na qualidade de Intendente esta tão elevada ideia e local para se entenderem com o médico delegado de higiene a respeito⁵

Durante a República, o poder público começa a se responsabilizar pela assistência à saúde no Brasil. Os municípios e Estados passam a ser responsáveis pela fundação e administração de hospitais, conforme aponta a Lei nº 1231 de 1917, era da competência do município a “fundação de hospitais, maternidades, asilos, hospícios [...] e instituições congêneres”, ainda que estas estivessem submetidas à fiscalização da instância estadual. Entretanto, em situações excepcionais e de forma provisória, nos casos em que o município não tivesse recursos para criar ou manter serviços sanitários e de assistência pública, o estado poderia tomar a si esta responsabilidade (ibid., Art.3º). Como os municípios não possuíam as condições necessárias e/ou muitas vezes os chefes políticos locais não consideravam importante a criação e manutenção de serviços de assistência à saúde da população, estes ficavam submetidos ao arbítrio do Estado ou sob a tutela das Santas Casas da Misericórdia (SOUZA, 2005). Foi o que ocorreu em Vitória da Conquista na década de 1910.

A única estrutura burocrática de saúde existente na cidade à época era o cargo de delegado de higiene – conforme revelou a documentação citada acima – nomeado pelo intendente municipal. Pela legislação da época, os municípios eram ainda responsáveis pelo saneamento local, pela fiscalização dos gêneros alimentícios vendidos à população, bem como pela organização e direção dos serviços de assistência pública, mas na prática eram raras as iniciativas municipais nesse sentido, inclusive pelos poucos recursos

⁵ Ata da reunião da Conferência Vicentina do dia 08/12/1914.

existentes. Como destacou Christiane Souza (2009, p.63), havia um aparato mínimo de assistência à saúde na Bahia, e os delegados de higiene faziam parte dele:

Em finais do século XIX, a Bahia deu mais um passo em direção à organização sanitária. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, médico formado pela Faculdade de Medicina, eleito para governar a Bahia no período de 1892 a 1896, sancionou uma Lei Estadual que previa a organização sanitária do estado. Entre outras disposições, a legislação determinava a criação da Inspetoria de Higiene e do Instituto Vacínico, e prescrevia que o Conselho de Salubridade passasse a se chamar Conselho Geral de Saúde Pública (Constituição e Leis do Estado da Bahia, Lei n.º 30, de 29 de agosto de 1892). Ao Conselho competia opinar sobre questões de higiene, salubridade geral e assistência pública, elaborar o código farmacêutico, estabelecer e divulgar instruções gerais sobre questões de saúde, orientar a estatística demográfico-sanitária, bem como propor a nomeação dos delegados de higiene para cada município do estado.

A ausência do município e do Estado na questão da saúde na cidade fez com que a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vitória da Conquista ocupasse este espaço. Ela foi criada no dia 31 de janeiro 1915 em sessão ordinária na conferência de São Vicente de Paulo, onde foi aprovado o seu Estatuto⁶. Apesar da aprovação do estatuto, a instituição – o hospital – só começou a funcionar em 1919, pois faltavam recursos financeiros para a construção do edifício.

A persistência do padre Manoel Oympio Pereira foi determinante para a concretização do hospital na cidade. Esse sacerdote teve papel fundamental na construção do Hospital da Santa Casa. Nascido em 1871 em um distrito da Vila Velha do Rio de Contas, atual cidade de Dom Basílio, na Bahia, foi pároco de Conquista entre 1905 a 1918, fundou a Conferência Vicentina bem como a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, tendo sido seu primeiro Provedor. Em 1925, foi nomeado bispo na cidade de Manaus e sagrado em Roma no mesmo ano.

A forte presença da Igreja Católica na direção desta Instituição evidenciou uma das contradições da nascente República “laica”: “a mais notável resulta do fato da Igreja protagonizar um papel nunca antes permitido: fundação, direção e supervisão de Misericórdias” (FERNANDES, 2009, p.66). Parte desta contradição explica-se, no

⁶ Ata da reunião da Conferência Vicentina do dia 31/01/1915.

caso de Conquista, pelo fato de que, em uma cidade pequena e com escassos espaços de sociabilidade, a única instituição capaz de aglutinar pessoas e interesses era a Igreja. Não por acaso, a principal liderança da Santa Casa foi um religioso, que conduziu os primeiros trabalhos da Irmandade, cujo objetivo estava mais voltado para o cumprimento da caridade cristã.

Durante as reuniões semanais realizadas pela Sociedade Vicentina, o pároco chamava a atenção da comunidade para a necessidade do comprometimento de todos na tarefa de edificação do hospital:

O Reverendo Sr. Vigário Monsenhor Manoel Olympio Pereira, em tratando-se da Santa Casa de Misericórdia que ora se funda nesta cidade, lembrou aos dignos confrades das conferências de São Vicente de Paulo que era tempo de todos se mostrarem empenhados pelo levantamento da mesma casa de caridade, uma vez que a ideia da fundação partiu exclusivamente desta sociedade e se acha por motivos justos os seus trabalhos suspensos por enquanto. Como uma obra inteiramente útil, todos poderão auxiliar muito o andamento do referido estabelecimento de caridade, mesmo pedindo-se um e outro pois o pouquinho que se obter levará com facilidade a obra que procuramos levantar avante⁷.

Mais do que isso, o vigário iniciou uma campanha de filiação de médicos à Sociedade Vicentina, no ano de 1916 e, pelo menos dois profissionais tornam-se sócios da Conferência, sob a proteção do pároco: os doutores Francisco de Mendonça e Crescêncio Antunes da Silveira⁸. Era objetivo de o padre atrair esses profissionais para o futuro hospital da Santa Casa, e ele obteve êxito em sua empreitada. Crescêncio Silveira⁹ tornou-se uma importante liderança na Irmandade e teve uma atuação importante dentro e fora desta Instituição.

A leitura das atas da Conferência Vicentina entre os anos de 1913 e 1916 demonstra o grande esforço do pároco e a dificuldade em envolver os sócios desta Sociedade na implantação de uma assistência médica-hospitalar. Parece que ainda não

⁷ Ata da reunião da Conferência Vicentina do dia 14/11/1915.

⁸ Este último se tornaria Provedor da Santa Casa de Misericórdia e teria papel atuante na assistência médica da cidade.

⁹ Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, nasceu em 1884 na cidade de Caetité e morreu em Conquista em 1952. Além de médico e provedor da Santa Casa de Conquista, foi conselheiro municipal em 1918 e deputado estadual em 1934.

era considerado prioritário para a cidade a existência de um local específico para o tratamento dos enfermos pobres.

A partir de 1917, as atas da Sociedade Vicentina passaram a vir com a denominação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Há uma certa confusão nos textos escritos sobre a Santa Casa que afirmam que o hospital passou a funcionar a partir de 1917, provavelmente pelo fato da documentação a partir deste ano deixar explícito o funcionamento da Irmandade. No entanto, a leitura das atas permitiu corrigir alguns dados, pois o hospital só foi concluído efetivamente em 1919, apesar de a Irmandade ter iniciado seus trabalhos no ano de 1917.

Neste ano, a Irmandade começava a buscar recursos financeiros para construir e manter a instituição, como a arrecadação de doações, “esmolas”, assim como a busca por auxílio junto ao poder municipal. Foi grande a preocupação da Irmandade, pois estava presente o tema da arrecadação de dinheiro para a construção do hospital em todas as atas pesquisadas. O padre Manoel Olympio continuava solicitando o empenho de todos para a concretização da Santa Casa na cidade:

Entre os irmãos distribuíram-se várias listas para o fim de angariar donativos em favor da Santa Casa. Findo o que, falou o provedor exortando a todos nós a tomar vivo interesse para que a Santa Casa não continue em déficit como está, e a empenhamo-nos mutuamente para acudir as suas despesas.¹⁰

Na reunião da Irmandade de 14 de maio de 1917, o médico Crescêncio Silveira apresentou a seguinte proposta:

Solicitar a Provedoria do Conselho Municipal desta cidade, que se acha trabalhando em a sua primeira reunião ordinária, neste ano, a inclusão de uma verba, a juízo do mesmo Conselho, no orçamento do Município, em auxílio da Santa Casa de Misericórdia, embora seja feito, como tem sido, o orçamento do Município na última sessão do Conselho, que é sempre no fim do ano”. O projeto foi aprovado, “ficou assentado dirigir a mesa da Provedoria um ofício assinado por seus membros ao Conselho, por intermédio do Visitador Coronel Francisco da Silva Costa, que é Conselheiro Municipal.¹¹

¹⁰ Ata da reunião da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do dia 04/11/1917.

¹¹ Ata de reunião da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do dia 14/05/1917.

Como fizemos referência acima, os municípios prestavam auxílio financeiro às Misericórdias, e em Conquista não foi diferente. Em 1919, a Santa Casa recebia sua primeira verba advinda do município, como informava o provedor dr. Crescêncio da Silveira de que “recebeu do Município a subvenção relativa ao 1º Semestre do corrente ano na importância de seiscentos mil réis”¹². Certamente, isso foi resultado da petição feita no ano anterior e da presença de figuras influentes no interior da Irmandade, que podiam auxiliar no convencimento dos demais conselheiros municipais a prestar auxílio ao hospital.

Destaca-se aqui a figura de Crescêncio da Silveira, que demonstrava conhecimento, habilidade e liderança como vice-provedor. Tanto que foi ele quem assumiu os trabalhos de construção do hospital e de arrecadação de verbas após o afastamento do padre Manoel Olympio da freguesia de Conquista em 1918, bem como o cargo de provedor, que passou para as suas mãos.

O tema do financiamento da Santa Casa esteve sempre presente nas atas pesquisadas, pois era grande a preocupação com o sustento da Instituição. Até o período imperial, as esmolas advindas dos irmãos eram as responsáveis pela sobrevivência da caridade nas Misericórdias. Com a República, como ressalta Fernandes (2009, p.104) “continuavam a existir as doações espontâneas, como imperativo moral cristão, mas também a renda advinda da gestão dos cemitérios e as doações do Estado”. No caso da Santa Casa de Conquista, festas e quermesses também foram realizadas para angariar fundos para o término das obras do hospital, com a presença das mulheres conquistenses assumindo este papel de benfeitoras da sociedade.

Era grande a expectativa de abrir as portas do hospital no ano de 1918. Em março deste ano “tendo o vice-provedor posto em votação se devia inaugurar a Santa Casa no pé em que se acha, ou se devemos continuar com os serviços, visto como os trabalhos não estão concluídos e atento o déficit em que nos achamos, é mesmo impossível mantê-la atualmente, houvermos por bem estender a sua proposta, declarando que se prossiga nos trabalhos”¹³. Em 1919, foi finalmente inaugurado o Hospital, que

¹² Ata da reunião da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do dia 30/09/1919.

¹³ Ata da reunião da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do dia 10/03/1918.

recebeu o nome de São Vicente como uma homenagem à Sociedade Vicentina, instituição que idealizou e criou a Irmandade da Santa Casa.

A primeira importante atividade do Hospital São Vicente foi atender, durante o ano de 1918, aos pacientes atingidos pela epidemia de gripe espanhola, que assolou a Bahia do período (SOUZA, 2009). As doenças epidêmicas são objetos privilegiados de análise nesse contexto de surgimento da Santa Casa em Conquista, pois expõem, em uma sociedade que se torna cada vez mais complexa, as fronteiras entre poder público e privado, e poder central e local (HOCHMAN, 1998).

O hospital da Santa Casa foi utilizado para o internamento de muitos doentes e, pelo menos dois médicos tiveram importante atuação para a erradicação desta epidemia: os doutores Crescêncio da Silveira e Nicanor José Ferreira.

Outra epidemia viria assolar a cidade no ano seguinte, que foi a varíola. Era obrigatório que os municípios notificassem às autoridades sanitárias do Estado o aparecimento de doenças infectocontagiosas como a varíola, o cólera, a peste e a febre amarela. No caso da varíola, a vacina era uma das ferramentas mais eficazes no combate e controle da doença, por isso, de acordo com Souza (2009, p.80),

Na capital, o serviço de vacinação e revacinação deveria ser realizado pelos Inspetores Sanitários (Leis e Resoluções do Estado da Bahia, Lei n.º 921 de 29 de novembro de 1912). No interior do estado, esse serviço era organizado pelos Intendentes, auxiliados pelos Delegados de Higiene. Todavia, em caso de necessidade, outros vacinadores poderiam ser designados para exercer a função, com remuneração correspondente ao serviço (ibid., Art. 60 a 62).

Neste momento, então, o governo do Estado enviou para Conquista um médico para vacinar a população e controlar a doença: o doutor Luiz Régis Pacheco Pereira¹⁴. Ele já acumulava alguma experiência, pois havia sido auxiliar do Serviço de Profilaxia de Tratamento de Varíola em Salvador, no ano de 1918 (DANTAS, 1995). Como aponta a documentação, ele foi nomeado para atuar em duas cidades: Conquista durante seis meses, entre 30 de janeiro a 30 de julho de 1920; e Encruzilhada, durante dois meses e meio, entre 07 de dezembro de 1920 e 22 de fevereiro de 1921¹⁵. No entanto, é

¹⁴ Régis Pacheco teve uma longa trajetória política, além de sua atuação médica. Ocupou, dentre outros postos, o cargo de governador do Estado da Bahia entre os anos de 1951 e 1955.

¹⁵ MONIZ, Gonçalo. *Relatório*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1921.

pouco provável que ele tenha atuado em Encruzilhada, haja vista que fixou residência definitiva em Conquista a partir de 1920.

A falta de estrutura e o despreparo para enfrentar as doenças na cidade era tanto que a Santa Casa de Misericórdia, recém inaugurada, foi disponibilizada às pressas ao município no período da epidemia de varíola, conforme nos informa o seu provedor, da seguinte maneira:

Disse ainda o Sr. Presidente honorário (vigário Cônego Clodoaldo Barbosa dos Santos) que desejava justificar o motivo porque, sem prévio aviso aos demais irmãos havia dado a chave da Santa Casa ao Sr. Intendente para isolamento dos doentes empestados da varíola entre nós. Lamentando o terrível flagelo, ponderou que o tempo não permitiu a devida comunicação que desejava fazer a todos.¹⁶

De acordo com o memorialista Francisco Paulo Rocha (2009, p.67), durante esta epidemia:

O Hospital São Vicente serviu de isolamento para algumas vítimas, enquanto outras ficaram em alojamento criado pela intendência, especialmente para este fim, em local próximo à Santa Casa. Os mortos eram enterrados em um cemitério especialmente criado para as vítimas da varíola, localizado em um terreno onde hoje existe o Hospital Crescêncio Silveira, e era chamado “cemitério dos bexigentos”.

A ênfase no nosso trabalho está afinada com a abordagem de um Foucault analista da genealogia de poder bem como o estudo da medicina e dos saberes em torno da saúde e das doenças que perpassa as suas primeiras obras, classificadas pelos estudiosos como fase arqueológica do saber, como *História da Loucura* (1961) e *O nascimento da clínica* (1962). Nesta última obra, ao desnaturalizar o leito do hospital e datá-lo historicamente como local de investigação e de discurso científico a partir do final do século XVIII, o autor denomina este período de surgimento de uma medicina clínica, intervencionista, da patologia, de uma anatomo-clínica. Neste sentido, a análise do surgimento do hospital São Vicente em Vitória da Conquista se norteia a partir das reflexões do filósofo sobre o nascimento do hospital no Ocidente moderno, bem como sobre o surgimento da bacteriologia no século XIX,

¹⁶ Ata da reunião da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do dia 30/05/1920.

O hospital São Vicente surgiu de uma instituição religiosa, ainda que leiga, mas já contou, no início do seu funcionamento, com a presença de médicos. Como assinala Foucault “a partir do momento em que o hospital é concebido como um instrumento de cura e a distribuição do espaço torna-se um instrumento terapêutico, o médico passa a ser o principal responsável pela organização hospitalar”. Foi o que ocorreu no hospital São Vicente de Conquista.

As patologias ganham uma nova percepção a partir do final do século XVIII e durante o século XIX, onde ocorre a junção entre o corpo da doença e o corpo do doente, através dos estudos clínicos das mais diversas patologias. As epidemias, ao contrário das demais doenças, atingiam o coletivo, vastas regiões, como foi o caso da gripe espanhola e da varíola, enfermidades que tiveram impacto na vida cotidiana de Vitória da Conquista e na assistência médica-hospitalar prestada pela Santa Casa. Foucault, assim, nos sugere.

Contagiosa ou não, a epidemia tem uma espécie de individualidade histórica. Daí a necessidade de usar com ela um método complexo de observação. Fenômeno coletivo, ela exige um olhar múltiplo; processo único, é preciso descrevê-la no que tem de singular, acidental e imprevisto. Deve-se transcrever o acontecimento detalhadamente, mas também segundo a coerência que implica a percepção realizada por muitos: conhecimento impreciso, mal fundado na medida em que é parcial, incapaz de aceder sozinho ao essencial ou ao fundamental, só encontra seu volume próprio no cruzamento das perspectivas, em uma informação repetida e retificada, que finalmente envolve, no lugar em que os olhos se cruzam, o núcleo individual e único desses fenômenos coletivos (2004, p.26).

Ainda em fase de processamento dos dados, podemos concluir que o surgimento da Santa Casa de Misericórdia da cidade de Vitória da Conquista teve sua origem parecida com as suas congêneres no Brasil. Fortemente tutelada pela Igreja Católica, que na cidade daquele momento gozava de grande prestígio e força, sua administração foi paulatinamente tornando-se laica e privada.

Desde 1919, o hospital da Santa Casa funciona até a atualidade prestando serviço médico-hospitalar na região. A atuação desta Santa Casa centrou-se no atendimento hospitalar, devido, dentre outros motivos, à precariedade deste tipo de serviço no Sertão da Ressaca. Esta instituição também contribuiu para a formação de

quadros políticos para a região e para o Estado da Bahia, como foi o caso de Régis Pacheco e Crescêncio Silveira. Como destaca Roy Porter (2004, p.188), a medicina do final do século XIX e início do século XX passou a se articular com os políticos que “por sua vez, puderam recorrer à assistência médica como um chamariz a ser agitado diante dos eleitores. Os votos seriam obtidos não apenas com pão e circo, mas com leitos e cirurgia”.

Referências bibliográficas:

- ABREU, L. O papel das Misericórdias dos “lugares de além-mar” na formação do Império português. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, vol. VIII(3): 591-611, set.-dez. 2001.
- DANTAS, Euclides; FONSECA, Humberto; MEDEIROS, Ruy. *Régis Pacheco, 1895-1987: esboços biográficos*. Vitória da Conquista: Museu Regional da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1995.
- FERNANDES, Liliane Alves. *As santas casas da Misericórdia na República brasileira (1922-1945)*. Dissertação (Mestrado). Universidade de Évora, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de Saúde Pública no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec; ANPOCS, 1998.
- PORTER, Roy. *Das tripas coração: uma breve história da medicina*. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2004.
- ROSEN, G. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Hucitec, Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994.
- ROCHA, Francisco Paulo Ribeiro. *A Santa Casa: história da Santa Casa de Vitória da Conquista 1914-2008*. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas Ltda., 2009.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: UnB, 1981.
- SOUSA, Maria Aparecida Silva de. *A conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2001.
- SOUZA, Belarmino de Jesus. *Arreios, currais e porteiras. Uma leitura da vida política em Conquista na Primeira República*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 1999.
- SOUZA, Christiane M. C. *A gripe espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Salvador: EdUFBA, 2009.